

APRESENTAÇÃO

Prezadas(os) leitoras(es),

A Revista CCSA abre as suas atividades no ano de 2021 com a publicação de mais uma edição — jan./jun.2021 — em um contexto marcado pela expectativa da chegada da vacina contra a Covid-19. “Dias melhores virão”!!! É o que esperamos para 2021. Solidarizando-nos com todas as famílias que perderam entes queridos nessa Pandemia, temos a expectativa de que possamos sair desta tragédia humana mais conscientes da necessidade de construção de uma sociedade economicamente viável, socialmente justa e ambientalmente sustentável. No Brasil, apesar do negacionismo do representante maior do Estado brasileiro, que se mostra inábil para lidar com os desafios de uma Pandemia, não nos restam dúvidas: a ciência, mais uma vez, reforçou a sua importância, mostrando-se absolutamente fundamental para encontrarmos caminhos possíveis; é indispensável um sistema público de saúde que garanta o acesso à saúde como um direito de todas e de todos; é urgente a garantia de renda, a proteção social e do trabalho aos milhões de invisíveis, não apenas neste momento, mas de forma permanente, para as condições mínimas de vida.

Esta edição — jan./jun. 2021, nº 31 — está composta por 19 (dezenove) artigos, preponderantemente das áreas de Administração, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas e Direito. A equipe da Revista CCSA agradece às(aos) pesquisadoras(es) que submeteram as suas produções científicas ao nosso periódico, manifestando, igualmente, que muito nos honra ser o veículo de publicação destas, pois, assim, cumprimos com um dos nossos objetivos, que é contribuir para a produção e a divulgação do conhecimento em toda a sociedade. A seguir, são apresentados os artigos deste número.

O primeiro artigo é intitulado **A capacidade de resiliência de enfermeiros de instituições da área da saúde**, de autoria de Bianca Eugenia Möller e Cristiane Froehlich. O foco da pesquisa foi analisar a contribuição da resiliência para a liderança na área de enfermagem, em instituições de saúde situadas no Vale do Paranhana no Rio Grande do Sul. Com base em uma pesquisa de campo, verificou-se que a resiliência é indispensável para a atuação dos líderes, em face dos desafios encontrados na assistência à saúde e, também, na gestão de equipes.

A temática associada à saúde é alvo de discussão em outros 3 (três) artigos desta edição. São eles: **A controladoria como um mecanismo interno de governança corporativa: empresas hospitalares**, de autoria de Vanessa da Costa Machado de Oliveira, Caroline de Oliveira Orth e Arthur Frederico Lerner; o artigo intitulado **Saneamento básico e os custos na saúde pública: uma análise para a região Nordeste do Brasil**, de autoria de José Carlisson do Nascimento Santos, Fernanda Esperidião e Fábio Rodrigues de Moura, e o artigo **Proteção legal em favor das pessoas da terceira idade na República da Costa Rica: saúde como direito social**, de autoria de Roberth Steven Gutiérrez Murillo.

O primeiro artigo discute governança corporativa em empresas hospitalares; o segundo examina o impacto dos serviços de saneamento básico nos custos das internações no SUS; o terceiro analisa a proteção legal dos direitos sociais do idoso na República da Costa Rica. Constata-se, portanto, como pode ser diversa a discussão nas ciências sociais aplicadas, o que só reforça o extenso campo em que nossa grande área está presente.

Em seguida, temos o artigo de autoria de Josiele Maria Fão, Felipe Cavalheiro Zaluski e Fabiana Zanardi, intitulado **O processo de sucessão presidencial em cooperativas de crédito: um estudo de caso**. O artigo propôs-se analisar as percepções de gestores sobre o

processo de sucessão presidencial em cooperativas de crédito na região do Alto Uruguai/RS. Os resultados destacam que o processo sucessório na cooperativa de crédito em estudo refletiu os valores compartilhados entre o indivíduo e a empresa, reafirmando que essa relação é a principal fonte de eficácia pessoal e organizacional.

O próximo artigo, intitulado **Identificação de teorias éticas adotadas por profissionais de Contabilidade** escrito por Tiago Luis Brugnera e Guilherme Vieira da Silva Vechi, objetivou analisar o perfil de profissionais de contabilidade atuantes no município de Foz do Iguaçu, PR. A pesquisa conclui que os referidos profissionais constroem sua interpretação sobre a ética de forma mais tangente às teorias da Equidade Moral e Relativismo, com diferenças entre faixas etárias e gênero.

O ensaio intitulado **Desenlace Trágico: capitalismo, administração política e macroeconomia brasileira no contexto da crise sanitária**, de autoria de Fábio Guedes Gomes, convidado para contribuir com nosso periódico, brindou-nos com a análise deste momento histórico mundial de enfrentamento da Pandemia de Covid-19 e dos desafios futuros para o mundo e para o Brasil.

Na sequência, temos o artigo intitulado **A legitimidade dos crimes de perigo abstrato em face do princípio da ofensividade**, de autoria de Marcelo Carita Correra e Monize Flávia Pompeo. O objetivo é analisar os crimes de perigo abstrato e sua potencial compatibilidade com a Constituição Brasileira. Segundo os(as) autores(as), o estudo permitiu revelar um critério objetivo e seguro para examinar a legitimidade dos crimes de perigo abstrato, com enfoque na relevância do objeto jurídico protegido e atraindo a incidência do princípio da precaução. No entanto, a pesquisa destacou a impossibilidade de localização de estudos aprofundados sobre o confronto entre princípio da ofensividade e precaução, ocorrência que requer cautela, de modo que a realidade normativa não pode se efetivar sem limites claros e objetivos.

O próximo artigo, também da área do direito, intitulado **Breves reflexões acerca da constitucionalidade dos decretos de prisões preventivas fundados na garantia da ordem pública**, de autoria de Caroline Carneiro Gusmão, propõe-se examinar a constitucionalidade do decreto de prisão preventiva fundado exclusivamente na garantia da ordem pública. A autora conclui que, em uma interpretação conforme a Constituição, os decretos de prisão preventiva, fundados exclusivamente na garantia da ordem pública, quando esta é utilizada para justificar os critérios, no mínimo incertos e indefinidos, são revestidos de inconstitucionalidade, porquanto sem guarida no princípio da presunção de inocência como norteador do sistema processual penal brasileiro e, por consequência, na excepcionalidade da prisão preventiva.

Leonardo Rodrigues Porto discute a dinâmica demográfica no próximo artigo intitulado **Componentes do (de)crescimento populacional dos municípios da área de influência de Vitória da Conquista (BA), entre os anos de 1991 e 2010**. O artigo tem por objetivo examinar a dinâmica demográfica dos municípios situados na área de influência de Vitória da Conquista (BA), entre os anos de 1991 e 2010. A pesquisa destacou, com base nas análises dos fatores natalidade, mortalidade e migrações, a imprecisão dos dados censitários e apontou os efeitos para pesquisas, análises socioespaciais e construção de indicadores socioeconômicos.

Nesta edição, temos dois artigos da área de economia que discutem o crescimento econômico em diferentes países. O artigo intitulado **Crescimento econômico: uma análise dos determinantes para os BRICS no período de 2000 a 2016**, de autoria de Francisco Dietima da Silva Bezerra e Ariana Cericatto da Silva, e um segundo trabalho, nominado **Crescimento econômico e mercados de ações: uma abordagem PVAR do efeito China na América Latina**, com autoria de José Alberto Fuinhas, Matheus Belucio e João Almeida. As pesquisas, utilizando-se de diferentes modelos econométricos, realizam análises nas quais hipóteses são

testadas. O primeiro artigo arremata que o investimento, a taxa de câmbio real efetiva e a inflação têm predominância na explicação do crescimento econômico dos BRICS no período analisado. No segundo artigo, conclui-se que há presença de uma forte relação entre PIB e os valores movimentados no mercado acionista chinês, e PIB e os valores movimentados nos mercados acionistas latino-americanos.

A discussão sobre o trabalho escravo na contemporaneidade é outro tema abordado nesta edição em dois artigos muito interessantes. O primeiro, intitulado **Escravidão contemporânea no sudoeste baiano: relações trabalhistas de provação de liberdade à luz da Constituição cidadã**, de autoria de Petrus Ian Santos Carvalho e de Claudio Oliveira de Carvalho, chama atenção para a urgência do combate e erradicação da escravidão contemporânea no sudoeste baiano, garantindo dignidade à população e valorização do trabalho. Com uma análise mais geral sobre o tema, Marileide Alves da Silva apresenta a discussão no artigo intitulado **Trabalho análogo ao de escravo e as políticas públicas voltadas para o mercado de trabalho: solução ou manutenção do problema**. De acordo com a autora, os resultados demonstram que os modelos adotados de combate à escravidão contemporânea não vêm obtendo êxito, ao longo dos últimos 15 anos, o que aponta para a necessidade de pensar alternativas de enfrentamento.

O próximo artigo, intitulado **Impenhorabilidade de salários: o STJ e a alteração legislativa**, de autoria de Claudia de Oliveira Fonseca e Luma Motta Fernandes, objetivou investigar como esse tema tem sido compreendido pelos estudiosos da matéria e qual a interpretação que o STJ vem atribuindo ao caso concreto. O último artigo da área de direito, de autoria de Lucas Alves Chagas Lobo, intitulado **O Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas: uma análise deste instrumento processual no Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia**, tem como objetivos discutir os aspectos atrelados ao Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas, desvelando fatores históricos que o impulsionaram e também a sua funcionalidade e aplicabilidade com base nas suas normas, codificadas e instrumentalizadas no Regimento Interno do Tribunal de Justiça da Bahia, verificando, igualmente, o tratamento dispensado ao referido instituto processual dentro do RITJA. Os resultados da pesquisa destacam que, com a regulamentação do IRDR, o TJBA agilizou a resolução de demandas massificadas.

Na sequência, temos o artigo intitulado **Luta de classes entre trabalhadores e grande capital: as relações entre as facções e a empresa Guararapes no Rio Grande do Norte**, de autoria de William Eufrásio Nunes Pereira e de Renata Rayane Moura da Silva Rodrigues. A pesquisa analisou o conflito jurídico entre o MPT do estado do Rio Grande do Norte, e o Grupo Guararapes. De acordo com os(as) autores(as), os resultados encontrados, fruto de irregularidades que fundamentaram uma ação civil pública, mostram um intenso conflito entre capital e trabalho, no qual o Grupo Guararapes, por meio daqueles que aparecem “travestidos de microempresários”, amplia seus lucros com a redução dos custos, em particular, os do trabalho.

Nesta edição, também contamos com a publicação do artigo **Estrutura produtiva do semiárido baiano: uma análise insumo-produto**, selecionado como um dos melhores entre os apresentados na *XIX Semana de Economia da Uesb*, realizada de forma virtual em 2020. De autoria de Carolina Silva Ribeiro, de Roberto Maximiano Pereira e de Gilca Garcia de Oliveira, o objetivo do estudo foi analisar a estrutura produtiva do semiárido baiano em 2015. As(os) autoras(es) destacam que, com a pesquisa, esperam contribuir com os agentes envolvidos na tomada de decisão para a elaboração de políticas que fomentem o desenvolvimento social e econômico da região.

Para encerrar a apresentação desta edição da Revista, destacamos o artigo intitulado **A representatividade como estímulo à retenção de conhecimentos: uma dinâmica possível para a aprendizagem significativa**, de autoria de Maria Raidalva Nery Barreto, Luciana Aquino

Ribeiro e José Roberto Tavares Sampaio. O artigo propôs-se avaliar a representatividade da identidade culturalmente negra como ideia-âncora que contribui para a retenção de conhecimentos de alunos da graduação oriundos da periferia de Salvador.

Assim, finalizamos esta apresentação com a divulgação de mais um número da Revista CCSA, bem como com o sentimento de dever cumprido no tocante às pesquisas científicas das ciências sociais aplicadas. Agradecemos a toda a equipe da Revista, aos pareceristas, ao Departamento de Ciências Sociais Aplicadas e às Edições Uesb por todo o apoio contínuo, que nos permite concretizar a publicação semestral do periódico. Uma ótima leitura!!!!!!

Andréa Braz da Costa
Editora da Revista CCSA